

Noé Medeiros Batista

**A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO COMO PROGRAMA
EDUCACIONAL COMPLEMENTAR AO CURRÍCULO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Florianópolis

2018



Noé Medeiros Batista

**A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO COMO PROGRAMA
EDUCACIONAL COMPLEMENTAR AO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do Título de Licenciado
em Pedagogia, sob a orientação da: Prof^ª. Dr^ª.
Leila Procópio do Nascimento

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Batista, Noé Medeiros

A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO COMO PROGRAMA EDUCACIONAL
COMPLEMENTAR AO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA / Noé Medeiros
Batista; orientador, Leila Procópio do Nascimento, 2018.
40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Prevenção em Afogamento. 3. Educação e
Prevenção. 4. Conteúdo de Ensino. 5. Documentos Oficiais.
I. Nascimento, Leila Procópio do. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

Noé Medeiros Batista

**A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO COMO PROGRAMA
EDUCACIONAL COMPLEMENTAR AO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 20 de junho de 2018.

Prof.^a Dr.^a Patrícia Laura Torriglia
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Leila Procópio do Nascimento (MEN - CED - UFSC)
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Elisandra de Souza Perez (EED - CED - UFSC)
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Karina Rousseng Dal Pont (Centro Universitário Municipal de São José - USJ)
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Ana Paola Sganderla (MEN - CED - UFSC)
Suplente

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas vítimas de afogamento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha Mãe Sônia que sempre me serviu de exemplo, me manteve em constante desenvolvimento, dando a oportunidade de eu participar de curso de computação, curso de inglês, praticando judô, futebol, natação, *triathlon*, além de proporcionar a melhor infância que uma criança poderia ter. Uma infância onde brinquei de bolinha de gude, pião, esconde-esconde, pega-pega, futebol, boi, desbravadores de cachoeiras, casa da árvore, pipa, rolimã, dentre outras brincadeiras de rua e em contato com a natureza. Agradeço ao meu Pai Zeferino por me ensinar todo o seu conhecimento em trabalhos manuais, onde eu aprendi elétrica, hidráulica, marcenaria, montagem de móveis e toda a criatividade que tenho hoje para resoluções de problemas, com meu pai também aprendi a ser um homem íntegro, uma frase que sempre repito e que ele me ensinou é que “um homem tem que ter qualidade”, e hoje eu tenho graças a ele. Agradeço ao meu Irmão Gabriel e minha Irmã Beatriz por sempre me amarem, me fazerem rir, chorar, aprender, brigar, desculpar, sorrir, amar, brigar de novo, perdoar, brincar, xingar, refletir, se arrepender, dançar, fazer festa, agradecer, abraçar, beijar, ser feliz e amar a família. Agradeço a minha Sobrinha Linda Isadora por ter sido o primeiro amor da minha vida, onde eu vi e senti o que é o amor verdadeiro e assim pude perceber que encontrei a mulher da minha vida ao encontrar a Patrícia que hoje é minha Noiva a qual amo e amei desde o início de nosso namoro, a ela destino todos meus agradecimentos por sempre me apoiar e estar comigo em todos os momentos da minha vida desde então. Toda minha família foi de suma importância para que eu pudesse me tornar na pessoa que sou hoje e sou eternamente agradecido por isso. Amém!

Agradeço ao Coronel “BM” Onir Mocellin – uma referência em Salvamento Aquático e Prevenção ao Afogamento não só em Santa Catarina, mas no Brasil – por servir de inspiração em toda minha carreira de Guarda-Vidas e Bombeiro Militar até hoje. Agradeço aos meus amigos e mestres da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (SOBRASA), Dr. David Szpilman e Tenente Coronel BM Fábio Braga por me firmarem no caminho primordial dentro da área de Salvamento Aquático que é a Prevenção em Afogamento. Agradeço a todos meus amigos da SOBRASA que são fundamentais e me servem de exemplo para manter neste caminho com perseverança.

Agradeço à minha Orientadora Professora Doutora Leila Procópio do Nascimento, por aceitar me orientar neste Trabalho de Conclusão de Curso, mesmo em meio aos seus compromissos com trabalho e vida particular. Muito obrigado Professora!

Prevenir é salvar! Educar para não afogar!
(SOBRASA, 2018)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso traz como debate e proposta a pertinência do tema Prevenção em afogamento e sua inserção no contexto escolar como programa educacional complementar ao currículo da educação básica via projetos de Aprendizagem integrados ou via conteúdos tratados nas diversas disciplinas da matriz curricular. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em Documentos Oficiais no âmbito nacional e especialmente no Estado de Santa Catarina. Tendo como objetivos apresentar o conceito de Prevenção em afogamento e discutir sobre os dados estatísticos em afogamento no Brasil; apresentar os trabalhos de Prevenção em afogamento que já são desenvolvidos no Brasil e em Santa Catarina; fazer pesquisa bibliográfica nos Documentos Oficiais sobre este Tema nas escolas estaduais e verificar se este tema está sendo trabalhado nas escolas; propor alternativas possíveis para trabalhar esta temática Prevenção em afogamento nas escolas.

Palavras-chave: Currículo Escolar. Prevenção em afogamento. Programa Educacional.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper brings as a debate and proposal the relevance of the theme Drowning Prevention and their inclusion in the school context as an educational program complementary to the basic education curriculum, by integrated learning projects or by content treated in the various disciplines of the curriculum matrix. It is a bibliographical research in Official Documents in the national scope and especially in the State of Santa Catarina. With the objective of presenting the concept of Drowning Prevention and discussing the statistical data on drowning in Brazil; present the works of Drowning Prevention that already are developed in Brazil and Santa Catarina; do bibliographic research in the Official Documents on this subject in the state schools and verify if this theme is being work in the schools; propose possible alternatives to work on this theme Drowning Prevention in schools.

Keywords: School curriculum. Drowning prevention. Educational program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Óbitos por afogamento no Brasil.	15
Figura 2 – A distância de um braço – mantenha seu filho seguro.....	16
Figura 3 – Guarnição Praia Brava, temporada 2017/2018, Florianópolis/SC.....	18
Figura 4 – Projeto Golfinho temporada 2015/2016 na Praia dos Ingleses, Florianópolis/SC..	19
Figura 5 – Recuperação de afogado – decúbito lateral direito.	20
Figura 6 – Logos das Campanhas; Piscina+Segura, Lifesaving Club e Kim na Escola da SOBRASA.....	21
Figura 7 – Campanha Piscina+Segura no Residencial Porto Caravelas, Florianópolis/SC.	22
Figura 8 – Prevenção em afogamento para atletas da FETRISC, Gravatá Surf Lifesaving Club.	22
Figura 9 – KIM na Escola, Colégio de Aplicação da UFSC.....	23
Figura 10 – Afogamento Infantil.....	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBMSC – Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FETRISC – Federação de Triathlon de Santa Catarina.

NEPRE – Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola.

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais.

PCSC – Proposta Curricular De Santa Catarina.

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

SOBRASA – Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático.

SED – Secretaria de Estado da Educação.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS.....	14
1.1.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos Específicos.....	14
2	A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO.....	15
2.1	AS AÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA COM RELAÇÃO A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO	17
2.2	AS AÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO COM RELAÇÃO A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO	20
3	A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO COMO PROGRAMA EDUCACIONAL COMPLEMENTAR AO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	25
3.1	EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	28
3.1.1	Apresentando o Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE): aproximações de ações preventivas	29
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS	37
	ANEXO A – Objetivos Gerais do Ensino Fundamental	39
	ANEXO B – Fluxograma Para Atendimento.....	40

1 INTRODUÇÃO

Compreendemos que a escola é um espaço complexo e que já lida no dia a dia com a diversidade de sua própria gênese e estrutura. Sabemos também que ao longo dos tempos a escola passou por diversas mudanças seja na estrutura física ou pedagógica, nos diversos âmbitos da gestão escolar: no administrativo, financeiro e especialmente no pedagógico. É diante da configuração pedagógica, no pensar o currículo que verificamos um enorme potencial da Escola ser cenário e alicerce principal para o desenvolvimento de ações que viabilizem um processo de conhecimento e prevenção em afogamentos. E nos adiantamos em dizer, não só porque a escola tem o público jovem que por sua vez poderá além de formar, ser multiplicador de tal “mensagem de prevenção”, mas porque infelizmente temos um cenário (como veremos adiante no texto deste trabalho) de estatísticas alarmantes no Brasil de casos de mortes de jovens em situações de afogamento. Observamos claramente pelos registros encontrados, que também na maioria dos casos, essas situações acontecem por falta de conhecimentos.

Afogamento “é a aspiração de líquido não corporal por imersão ou submersão” Szpilman (2017). Hoje no Brasil, 16 (dezesesseis) pessoas morrem diariamente por afogamento, é a segunda maior causa de morte entre crianças de 01 a 09 anos de idade, na faixa de 10 a 14 anos é a terceira causa, na faixa de 15 a 24 anos é a quarta causa e na faixa de 25 a 29 anos é quinta causa de morte (SOBRASA, 2017). Com o aumento de pessoas que vêm procurando usufruir do meio líquido para múltiplas atividades; em piscinas, rios, lagos ou praias, tornou-se fundamental agir em prol da prevenção ao afogamento.

A falta de políticas de prevenção na área, tem ocasionado um alto índice de morte de brasileiros, especialmente crianças e adolescentes, ano após ano. O Corpo de Bombeiros Militar e a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático tem tentado disseminar essa informação para a população, mas contam com pouco recursos humanos. É preciso que esta informação seja repassada a todos os cidadãos brasileiros, e uma das melhores formas seria inserir ao currículo da escola, especialmente aos conteúdos de Ensino. A que se frisar aqui que entendemos que o Currículo Escolar é algo amplo, que não se limita aos conteúdos “encaixotados” em Disciplinas, entendemos o Currículo Escolar como um projeto amplo, um projeto Pedagógico de Escola, que inclui, desde “Projetos de aprendizagem” interdisciplinares, multidisciplinares e também conteúdos de Ensino trabalhados em Disciplinas específicas. Entendemos ainda mais, que o Currículo Escolar envolve uma

preocupação da Equipe Pedagógica com todo o processo de “Ensinar e Aprender” configurados na e para a comunidade Escolar. Por isso, justificamos a pertinência desse trabalho e da importância da temática “Prevenção em afogamento” e a possibilidade de ser incluído no contexto escolar como programa educacional complementar ao currículo da educação básica via projetos de aprendizagem integrados ou via conteúdos de Ensino tratados nas diversas disciplinas da matriz curricular.

A prevenção em afogamento pode fazer parte dos temas transversais, conforme traz os Parâmetros Curriculares Nacionais pode ser trabalhado numa intervenção do Corpo de Bombeiros Militar na Escola, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, ou até mesmo pelos próprios professores, através de um curso de capacitação online da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático.

Como a prevenção em afogamento ainda não é desenvolvida constantemente em ambiente escolar, este trabalho tem por objetivo geral analisar e discutir a prevenção em afogamento como conteúdo escolar, apresentando o conceito de prevenção em afogamento e os trabalhos que são feitos na área. Realizar o mapeamento sobre o tema em diferentes fontes, analisando a base curricular nacional, a Proposta Curricular de Santa Catarina e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica de Florianópolis. Deste modo, visa evidenciar a importância de a prevenção estar incorporada na formação escolar, ajudando a diminuir o índice de afogamento no Brasil.

As etapas da pesquisa envolveram a análise documental e bibliográfica. Estes elementos de pesquisa foram considerados os mais adequados para o conhecimento e compreensão do problema que está sendo pesquisado. Após a fase de coleta, deu-se a análise documental e bibliográfica, onde as informações obtidas puderam ser analisadas. Para (Caulley 1981, apud LUDKE & Menga; ANDRÉ, 1986, p. 38), “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”. Os documentos são importantes fontes de pesquisa porque fornecem informações concretas e contribuem para fundamentar os dados no processo de pesquisa.

Como referência bibliográfica nos atemos a trazer autores que subsidiam o debate na temática em afogamento, especialmente do David SZPILMAN (2000, 2005, 2017) e no campo da Educação os professores e teóricos José Carlos Libâneo (1992) que trata sobre a Democratização da Escola pública e Miguel G Arroyo (2011) por seu debate sobre Currículo, dentre outros.

Compreende-se por documento todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como evidências de sua ação e que podem revelar suas concepções opiniões. Nesta

perspectiva, é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos, os numéricos ou estatísticos, os de reprodução de som e imagem e os documentos-objeto. Apesar de se reconhecer toda a multiplicidade e diversidade de fontes que estão no cerne da pesquisa documental, enfatiza-se neste trabalho a relevância dos documentos do Tipo Oficiais. Que pertençam, representam e/ou foram produzidos por órgãos governamentais, neste caso estritamente ligados à Educação e à Escola.

Para este trabalho os documentos Oficiais analisados foram “As Diretrizes Curriculares Nacionais”, A “Proposta Curricular de Santa Catarina- 2014” e o documento “Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola”, política que criou o Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE) em 2011.

Diante disso, convidamos à você leitor(a) adentrar nesta leitura. Para tanto estruturamos a exposição de ideias neste trabalho de Conclusão de Curso da seguinte forma: No primeiro capítulo tratamos de esclarecer o conceito e a importância da temática para a sociedade, bem como no contexto escolar, ficando intitulado: “A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO”.

Já o segundo capítulo está intitulado: “AS AÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA (CBMSC) COM RELAÇÃO A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO” e “AS AÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO COM RELAÇÃO A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO”, traz um panorama dos trabalhos que vem sendo realizados dentro dessa temática no cenário Nacional e local, especialmente no estado de Santa Catarina.

Seguimos apresentando no terceiro capítulo um debate sobre a “A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO COMO CONTEÚDO ESCOLAR”. Também discutiremos sobre como a estão dispostos, como são abordados e apresentados a questão da “EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS”. Ainda neste capítulo trazemos para a reflexão o trabalho desenvolvido pelos esforços da Secretaria Estadual de Educação (SED) e replicado nas escolas através do Núcleo de Prevenção e Educação na Escola (NEPRE). Este ponto está intitulado assim: “Apresentando o NEPRE: aproximações de ações preventivas”. Por fim, apresentamos algumas “CONSIDERAÇÕES FINAIS”, onde trazemos sugestões de ações integradas com Corpo de Bombeiros de Santa Catarina e SED, como potencial forma de solucionar a problemática suscitada neste trabalho.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Desenvolver uma proposta de prevenção em afogamento como programa educacional complementar ao currículo da Educação Básica de Santa Catarina.

1.1.2 Objetivos Específicos

Debater o conceito de prevenção em afogamento e discutir sobre os dados estatísticos em afogamento no Brasil;

Conhecer os trabalhos de prevenção em afogamento que já são desenvolvidos no Brasil e em Santa Catarina;

Pesquisar nos documentos oficiais sobre este tema nas escolas estaduais e verificar se este tema está sendo trabalho nas escolas;

Desenvolver alternativas possíveis para trabalhar esta temática de prevenção em afogamento nas escolas.

2 A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO

A prevenção em afogamento é um assunto de extrema importância e familiaridade. Hoje em dia no Brasil, a cada 84 minutos uma pessoa morre afogada, quase 50% desses óbitos ocorrem até os 29 anos (SZPILMAN, 2017). Jovens, vítimas fatais de afogamento que representam a cada ano aproximadamente 150.000 pessoas, porém o número certo ainda é desconhecido, tendo em vista que muitos casos de desaparecimento não possuem a confirmação de óbito. Há muito tempo este acidente vem se propagando sem a atenção devida, e somente nas últimas décadas é que vem recebendo a abordagem científica e prevenção que merece.

Como já apresentamos anteriormente, cabe reprimir que “afogamento é a aspiração de líquido não corporal por imersão ou submersão (SZPILMAN, 2017), é uma das doenças de maior impacto na saúde e na economia do mundo, com 200 vezes mais risco de óbito que os acidentes de transporte, considerando o tempo de exposição ao risco de acidente (SOBRASA, 2017). A cada ano 500.000 pessoas morrem afogadas em todo o mundo. Os países de baixo poder aquisitivo e renda per-capita são os que mais possuem ocorrência de afogamento. Embora alguns países já demonstram redução no número de óbitos e incidentes aquáticos, as Nações Unidas preveem crescimento nos próximos anos, caso não haja intervenção drástica como o uso da prevenção. Os custos anuais com afogamento somente em praias, são suficientes para promover campanhas de prevenção. Como esta ilustração do Boletim Anual de Afogamentos no Brasil da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (SOBRASA), no ano de 2017:

Figura 1: Óbitos por afogamento no Brasil.



Fonte: Boletim SOBRASA – 2017.

Igualmente esta outra imagem a seguir que chama dá orientações sobre formas de Prevenção em Afogamento:

Figura 2: A distância de um braço – mantenha seu filho seguro.



Fonte: Página da SOBRASA, por TC BM Fábio Braga, 2018.

Diante desses elementos é importante destacara que atualmente, em nosso país o número de óbitos por afogamento chega a mais de 6.000 casos por ano, além disso, ocorrem afogamentos não fatais, classificados de grau 1 até grau 4 que chegam a mais de 100.000. Nossos jovens, infelizmente, são as maiores vítimas dessa situação, na faixa de 10 a 14 anos é a terceira causa de morte, na faixa de 15 a 24 anos é a quarta causa e na faixa de 25 a 29 anos é quinta causa (SOBRASA, 2017). Muitas pessoas vêm procurando e usufruindo do meio liquido como atividade de lazer cada vez mais, seja para o banho, natação, prática de esportes, transporte, ou mesmo para trabalho. Em piscinas, rios, lagos ou praias, tornou-se fundamental agir em prol da prevenção o Afogamento.

Em 2013 no Brasil, 6.030 brasileiros morreram afogados sendo 50% em águas naturais, tais como praias, rios, lagos, represas e pequenos espelhos de água. O Brasil é o país que possui a maior superfície espelhada do mundo. Nossa costa litorânea tem aproximadamente 8.000Km e possui temperatura média da água em 22°C, o que traduz no maior número de resgates do mundo. As piscinas foram responsáveis por 2% de todos os casos de óbito por afogamento, mas representam 53% de todos os casos na faixa de 1 a 9 anos

de idade (SOBRASA, 2017). Estima-se que 85% dos afogamentos no mundo podem ser evitados e o maior fator de risco para a morte por afogamento é a falta ou o descuido na supervisão de crianças por um adulto.

Como podem verificar, esse “cenário” nos dá através de dados elementos para compreender a urgência em pensar em ações mais objetivas de Prevenção em afogamento. Neste caso, compreendemos que grande parte desta demanda pode ser suprida através proposição de ações a serem desenvolvidas no ambiente escolar introduzindo o tema Prevenção em afogamento como possibilidade de inclusão no contexto escolar como programa educacional complementar ao currículo da educação básica, via projetos de Aprendizagem integrados ou via conteúdos de Ensino tratados nas diversas disciplinas da matriz curricular.

2.1 AS AÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA COM RELAÇÃO A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO

Historicamente, percebeu-se que para proteger vidas, exclusivamente durante o atendimento operacional, destacando-se os incêndios, implicaria um elevado custo e esforço operacional cada vez maior. Algo deveria ser feito “fora do campo operacional”, de maneira a frear e controlar a demanda operacional, diminuindo assim o número de mortes e feridos. Então foi empenhado estudos nas ocorrências evitáveis, para que assim fosse trabalhado na prevenção delas.

Uma ocorrência evitável é todo aquele fato não desejado, mas previsível, em sua maioria, e que sua causa se dá em razão de alguma conduta humana inadequada. Alguns exemplos são:

- Afogamentos; acidentes e Incêndios domésticos;
- Acidentes envolvendo crianças; acidentes de Trânsito;
- Acidentes envolvendo animais peçonhentos;
- Incêndios e acidentes envolvendo balões e fogos de artifício;
- Ocorrências envolvendo elevadores; enchentes; e
- Ocorrências envolvendo gás de cozinha – Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) –, entre outras.

Figura 3: Guarnição Praia Brava, temporada 2017/2018, Florianópolis/SC.



Fonte: Arquivo pessoal (Noé Medeiros Batista).

Compete a qualquer Corpo de Bombeiros, seja no Brasil ou em qualquer outro país, empreender ações preventivas, zelando pela vida humana. A prevenção para o bombeiro, é algo nato, presente no cerne do profissional.

“Art. 108. O Corpo de Bombeiros Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina, subordinado ao Governador do Estado, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em Lei: I – Realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar (SANTA CATARINA, 1989).

Santa Catarina, possui uma grande extensão de faixa litorânea e uma crescente demanda turística em seu litoral, despertando a necessidade de uma maior atenção ao atendimento a este tipo de situação. Segundo dados de arquivos do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), 16 (dezesesseis) pessoas morrem afogadas por mês no estado, sendo 3 (três) menor de idade, em média 1 (uma) pessoa morre por afogamento a cada 2 (dois) dias em Santa Catarina.

Em que pese o serviço de salvamento aquático a ser realizado com prioridade pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), os afogamentos inevitavelmente ocorrem por diversos motivos. Novos meios estão sendo aplicados e comprovados como efetivos, em diversos balneários, de forma isolada. É na fase de prevenção que é atingido os melhores índices de proteção aos usuários de balneários. Para as ocorrências em meio aquático há a Coordenadoria de Salvamento Aquático do CBMSC, que trabalha tanto com

serviço de praia com os Guarda-Vidas Civis e Militares quanto com Projetos de Prevenção, como o Projeto Golfinho.

O serviço de praia abrange tanto monitoramento das áreas costeiras, com resgate de pessoas em embarcações à deriva, quanto com a prevenção e salvamento realizado pelos Guarda-Vidas em cada praia. O Projeto de Prevenção com maior impacto na área de Salvamento Aquático é o Projeto Golfinho.

Todos os anos, nos meses de verão, as praias catarinenses recebem um grande número de pessoas que se dirigem a estes locais para desfrutar de suas férias.

Neste período, cresce o número de registros de acidentes ligados ao banho de mar, o que decorre, principalmente, do desconhecimento das características naturais das praias e das formas de utilização destes ambientes por seus usuários.

Mais de 30% dos acidentes registrados durante os meses de verão nas praias catarinenses ocorrem com crianças de até 14 anos. No intuito de reduzir tal estatística e realizar um trabalho educativo e preventivo dirigido a este público, o Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, em parceria com o Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar (CTTMar) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), desenvolveu o PROJETO GOLFINHO.

Figura 4: Projeto Golfinho temporada 2015/2016 na Praia dos Ingleses, Florianópolis/SC.



Fonte: Arquivo pessoal (Noé Medeiros Batista)

Este projeto é desenvolvido desde o verão de 1998/1999, têm o objetivo de informar e educar crianças de 09 a 13 anos de idade, sobre os eventuais riscos oferecidos pelo mar, capacitando-os, através da identificação das características naturais do ambiente praias, afim de reconhecer os ambientes potencialmente perigosos em nossa região litorânea, orientando-os então, para a utilização segura das praias. O programa acontece nos meses de verão, onde

são realizadas mini oficinas dinâmicas, no período matutino, entre 8h e 10h ou no período vespertino, entre 16h e 18h, durante quatro ou cinco dias consecutivos e com uma carga horária total de 12 horas.

2.2 AS AÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO COM RELAÇÃO A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO

Em 1993, a taxa de óbitos por afogamento no Brasil era de 4.1/100.000 habitantes e encontrava-se infelizmente acima de outros países, como o EUA (2.6), e a Austrália (2.8) (SOBRASA, 2018, online). O Brasil tinha uma estimativa anual de 1.300.000 salvamentos aquáticos, 260.000 hospitalizações por afogamento, e mais de 600 vítimas desaparecidas, o que nos tornava infelizmente um dos países com o maior número de pessoas afogadas em todo mundo.

Pensando em mitigar com este desastre, um grupo de profissionais médicos, bombeiros, guarda-vidas e profissionais atuantes na área aquática iniciaram em 1993 o estudo para viabilização de uma entidade que foi fundada em março de 1995, a SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO – SOBRASA, uma entidade sem fins lucrativos que atua como órgão de convergência na prevenção de afogamentos e acidentes, de todas as atividades de esporte, lazer e trabalho na área aquática.

Figura 5: Recuperação de afogado – decúbito lateral direito.



Fonte: Arquivo pessoal (Noé Medeiros Batista)

Desde de então a SOBRASA vem se dedicando na missão de unir o Brasil para prevenir afogamentos. Através de projetos e eventos preventivos ela vem ajudando a diminuir a mortalidade por afogamento, focando na conscientização de toda população em diferentes faixas etárias, utilizando eventos esportivos, recreativos, culturais e educacionais como:

- Palestra sobre Prevenção em Afogamento – todas as idades
- PISCINA+SEGURA – Todas as idades
- Campanha KIM NA ESCOLA - Crianças de 5 a 13 anos
- Campanha Escolinha de Salvamento LIFEGUARD – Crianças de 5 a 17 anos
- LiveSaving Club – Todas as idades
- Campanha Guarda-vidas Júnior e Voluntários > 15 anos
- Programa AGUAS+SEGURAS
- Campanha SURF-SALVA – para surfistas > 8 anos
- Curso de Emergências Aquáticas – > 10 anos
- Águas+Seguras - Todas as idades
- Vídeos de Prevenção em Afogamento (praias, piscinas e inundações) - > 3 anos e adultos
- Gibis de prevenção em afogamentos de água doce (inclui piscinas) e de prevenção em inundações.

As campanhas mais voltadas para a Prevenção em afogamento para crianças são: Piscina+Segura, LifeSaving Club e KIM na Escola.

Figura 6: Logos das Campanhas; Piscina+Segura, Lifesaving Club e Kim na Escola da SOBRASA.



Fonte: Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático.

A campanha “*Piscina+Segura*” explica as formas de prevenir acidentes na piscina e em volta dela, alerta as crianças sobre o perigo do ralo de sucção explicando os possíveis acidentes, informa sobre a importância de instalar uma tampa anti-sucção nos ralos, cercar a piscina para evitar que uma criança se aproxime sem a presença de um adulto, sempre estar com a presença de um adulto e permanecer a uma distância de um braço dele, além de saber como agir em casos de emergências sem pôr sua vida em risco.

Figura 7: Campanha Piscina+Segura no Residencial Porto Caravelas, Florianópolis/SC.



Fonte: Arquivo pessoal (Noé Medeiros Batista)

O Lifesaving Club é trabalhado nas comunidades e praias abordando todos os conhecimentos sobre prevenção em praias, piscinas e águas doces, como agir em casos de emergência e introduzir o Salvamento Aquático Esportivo para trabalhar também a saúde física e aumentar a interação com a cultura da prevenção ao afogamento.

Figura 8: Prevenção em afogamento para atletas da FETRISC, Gravatá Surf Lifesaving Club.



Fonte: Arquivo pessoal (Noé Medeiros Batista).

O “*KIM¹ na Escola*” é a presença do profissional Guarda-Vidas na Escola, onde ele trabalha todas as informações sobre prevenção em afogamento em diversos meios líquidos, distribui gibis e panfletos informativos, além de realizar um trabalho lúdico com brincadeiras no pátio da escola.

¹ KIM é o nome do Siri Guarda-Vidas, mascote do programa “KIM na Escola”.

Figura 9: KIM na Escola, Colégio de Aplicação da UFSC.



Fonte: Arquivo pessoal (Noé Medeiros Batista).

Todas essas campanhas são realizadas por voluntários e profissionais da área, membros da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, sem nenhum fim lucrativo, o que traduz numa causa filantrópica.

Apesar de já existir o “*KIM na Escola*” compreendemos que por se tratar de uma ação que acontece em formato de Campanha, avaliamos que diante dos dados alarmantes apresentados anteriormente sobre os índices/casos de afogamentos ainda precisamos de algo mais eficaz, debates mais frequentes, que possa se traduzir em mais acontecimentos da própria campanha “*KIM na Escola*” ou ainda, que este de fato seja um tema inserido como efetivo tema no contexto escolar como programa educacional complementar ao currículo da educação básica.

3 A PREVENÇÃO EM AFOGAMENTO COMO PROGRAMA EDUCACIONAL COMPLEMENTAR AO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Como podemos verificar, o afogamento é uma problemática social no Brasil e de falta de mais políticas de prevenção, acarretando na morte de brasileiros, especialmente crianças e adolescentes, ano após ano. Quatro crianças até 14 anos de idade morrem afogadas diariamente no Brasil (SOBRASA, 2017). Definitivamente, a melhor forma de combater esse desastre anunciado é com a prevenção e esta informação pode ser incorporada ao “currículo oculto” da escola, assim como explicita Alves (1998, p. 12) sobre esta questão:

Em cada pesquisa sobre o cotidiano da escola que coordenava, em cada trabalho que aí realizava, ia ficando mais claro, estranhamente mais claro, que aquele espaço – o escolar – daria pistas importantes sobre o não explícito na escola, naquilo que entre nós que trabalhamos no campo curricular, convencionamos chamar de currículo oculto.

Fazer com que temas que fazem parte da concretude cotidiana sejam explorados em suas potencialidades e demandas no âmbito da escola, pensadas como elemento integrador do currículo e desenroladas nas abordagens dos Conteúdos de ensino, como um “direito a saber-se”, ou seja saber como se prevenir (no caso dos afogamentos). Neste sentido Arroyo (2011, p. 261) enfatiza que:

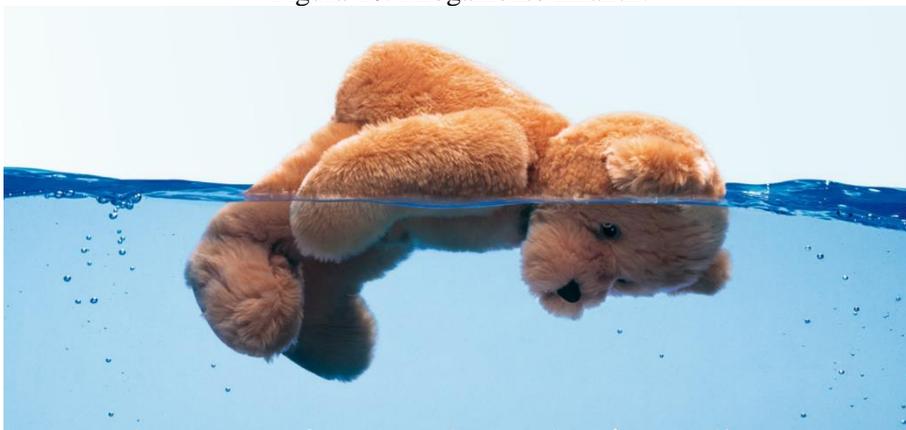
Nas últimas décadas os profissionais da educação básica se fizeram presentes na sociedade. As crianças, os jovens têm afirmado sua presença, seu protagonismo até incômodo. Construíram identidades e saberes de si. Por outro lado, vimos que suas experiências estão ausentes, suas presenças não são reconhecidas. Uma das consequências mais sérias da ausência dos sujeitos sociais dos currículos, inclusive a ausência dos educadores e dos educandos, é que lhes é negado o direito a conhecer-se, a saber de si e de seus coletivos.

Os conteúdos de Ensino devem estar em concordância com as questões sociais, e isso demanda “que a escola seja um espaço de formação e informação” favorecendo a “inserção do aluno no dia a dia das questões sociais” (PCN 01, 1997, p. 33). É necessário tratar nas escolas assuntos que interferem na vida dos alunos, respeitando as reais necessidades de cada região ou de cada escola.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais prevê que a escola deve atuar no processo de construção da cidadania do sujeito, de forma que aja “uma crescente de igualdade de direitos entre os cidadãos” (PCN 01, 1997, p. 13). Essa igualdade acarreta o acesso à totalidade dos bens públicos, com segurança e de forma democrática. Todos os cidadãos têm o direito de

tomar um banho de mar, rio ou lago, pois é um bem público, mas em contrapartida devem ter conhecimento sobre os perigos aos quais estão expostos, para que uma atividade de lazer não se torne uma tragédia.

Figura 10: Afogamento Infantil.



Fonte: [www.http://paisemapuros.com.br/afogamento-infantil/](http://paisemapuros.com.br/afogamento-infantil/) - 2017

Os princípios e fundamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) visam propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais da realidade brasileira. Então, a criança deve ter acesso às informações de como não por sua vida em risco tanto em áreas públicas naturais como praias, rios e lagos, como nas piscinas de suas casas, para ter “o cuidado com o próprio corpo e com a saúde” (PCN 01, 1997, p. 27), assim irão levar este aprendizado para sempre consigo e irão saber como proteger seus filhos no futuro também.

Uma prática educacional direcionada para o entendimento da realidade social e dos direitos e responsabilidades da vida pessoal, coletiva e ambiental, demonstra o comprometimento da escola em construir a cidadania. E é neste sentido que foram integrados como Temas Transversais as seguintes questões sociais: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual. Todo o trabalho didático com temas transversais, devem ser incorporados nas áreas já existentes nas escolas (PCN 08, 1997, p. 15). Assim como demonstra o ANEXO A, todos os temas transversais estão em contato com todas as áreas do Ensino Fundamental. Podendo ser abordado a qualquer momento em diferentes áreas e diferentes momentos, ou simultaneamente nas áreas que forem pertinentes.

De acordo com os PCN 08, 1997, p. 15, “os Temas Transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana”. Dentre elas estão a violência, a saúde, o uso dos recursos naturais, os preconceitos, entre outros. Todos esses temas possuem o mesmo teor de importância que as áreas do ensino fundamental e devem ser tratados pela escola.

São diversas as questões sociais que poderiam ser debatidas nas escolas como temas transversais, e para nortear as escolhas de temas, os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelece alguns critérios para tal:

- Urgência social;
- Abrangência nacional;
- Possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental;
- Favorecer a compreensão da realidade e a participação social.

Ao mesmo tempo, temas locais também podem ser contemplados como temas transversais, dado o reconhecimento da urgência social de um problema local, poderá receber o mesmo tratamento dos outros temas transversais (PCN 08, 1997, p. 29). Como por exemplo o caso do trânsito e o afogamento, embora ambos tenham repercussão significativa nacional, em centros urbanos e áreas litorâneas, respectivamente, são onde ocorrem as maiores incidências.

De acordo com os PCN's (1997, p. 54), “a definição dos conteúdos a serem tratados deve considerar o desenvolvimento de capacidades adequadas às características sociais, culturais e econômicas particulares de cada localidade”. Algumas propostas apontaram:

[...] a necessidade do tratamento transversal de temáticas sociais na escola, como forma de contemplá-las na sua complexidade, sem restringi-las à abordagem de uma única área. Adotando essa perspectiva, as problemáticas sociais são integradas na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais. Não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores (PCN 01, 1997, p. 45).

De forma homogênea, a soma de documentos dos Temas Transversais ressalta a necessidade da escola em cumprir sua função social.

[...] é importante que sejam eleitos temas locais para integrar o componente Temas Transversais; por exemplo, muitas cidades têm elevadíssimos índices de acidentes com vítimas no trânsito, o que faz com que suas escolas necessitem incorporar a educação para o trânsito em seu currículo (PCN 01, 1997, p. 45).

Assim também, pode ser introduzido a prevenção em afogamento, como conteúdo atitudinal, de maneira a educar a criança para “cuidar da própria saúde e da de outros” (PCN 01, 1997, p. 62), prevenindo, alertando, aconselhando, não deixando acontecer o pior. Nesta perspectiva, podemos trazer Libâneo (1992, p. 30) que salienta: os “conteúdos de Ensino são informações, princípios científicos, Leis, etc [...] é matéria de ensino” . Neste caso, o que concerne ao âmbito das informações podem ser incluídos como conteúdos de Ensino o tema suscitado neste trabalho: Prevenção em afogamento. Complementando com os elementos e objetivos dispostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

[...] perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente; conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva [...] (PCN 01, 1997, p. 69).

Contribuindo para o usufruto da vida e bens públicos em sua totalidade, com segurança, respeitando a saúde e o meio ambiente.

3.1 EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Com as adversidades contemporâneas dentro do campo educacional e a dinâmica nas mudanças das Políticas para a Educação as Propostas de Gestão Pedagógicas precisam ser atualizadas. Nesse contexto foi necessário atualizar a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) e o último documento oficial data de 2014. As novas demandas sociais, educacionais e curriculares que vem direcionando a (re)formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, também foram fatores considerados para esta atualização.

A orientação na PCSC é voltada a formação do sujeito integral., sugerindo ações pedagógicas que desenvolvam “nas pessoas potencialidades de ser humano de diferentes naturezas e não apenas determinados aspectos” (PCSC, 2014, p. 34). O documento traz a diversidade como elemento fundante dessa atualização curricular, indicando a escola como local primordial para discutir as das diferenças, e as ações de Educação e Prevenção. Destacando a Secretaria de Estado da Educação – SED, como órgão fundamental na elaboração de projetos de políticas públicas, que envolvem saúde, orientação sexual e meio ambiente.

A implementação da Educação e Prevenção tem a escola como um espaço privilegiado onde as crianças, adolescentes, adultos e idosos ampliam os

saberes científicos, a convivência, as inter-relações com e entre sujeitos da diversidade (suas diferenças, suas vivências, seus valores e ética) (PCSC, 2014, p. 62).

Com base nessas políticas e projetos, a SED implementou no estado o Núcleo de Prevenção e Educação na Escola (NEPRE), para atuar com temáticas referentes ao uso de substâncias psicoativas, educação sexual e violências, numa perspectiva dos temas transversais abordados, multidisciplinarmente.

3.1.1 Apresentando o Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE): aproximações de ações preventivas

As recorrentes manifestações de violência em todo mundo, em diversos âmbitos sociais, as crianças, adolescentes e jovens e profissionais da educação vem reproduzindo nas escolas as tensões do mundo exterior, além disso, há também os conflitos específicos do contexto escolar, como a organização dos espaços, tempos, currículo e das próprias vivências escolarizadas.

Então, em 2010 a Secretaria de Estado da Educação (SED), realizou uma pesquisa nas unidades escolares da rede pública estadual, com o intuito de levantar dados sobre como está a violência e o uso de substâncias psicoativas nas escolas. Aproximadamente 80% das escolas de Santa Catarina participaram, e os resultados foram classificados entre baixo, médio e alto. Sendo que 68,32% das escolas tiveram uma proporção baixa e 22,65% uma proporção média, os tipos de violência mais constantes levantados foram o de bullying e depredação de patrimônio público (SANTA CATARINA, 2011, p. 7). Desta forma, para trabalhar na prevenção deste problema nas escolas, a Secretaria, órgão responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas educacionais, criou o Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola/NEPRE.

A Secretaria de Estado da Educação vem trabalhando nos temas que diz respeito ao uso e abuso de substâncias psicoativas e educação sexual a pelo menos 20 anos, sempre no contexto da educação e prevenção, de acordo com o documento da Proposta Curricular, que fazia parte do caderno Temas Multidisciplinares, no ano de 1998. Ao longo dos anos a SED veio desenvolvendo projetos em parceria com o Ministério Público, Secretaria Estadual de Saúde, Conselho Tutelar, Diretoria de Ensino Fundamental e o Centro de Infância, Juventude e Adolescência/CIJA.

Simultaneamente a estes projetos, surgiu o NEPRE informalmente, mas mesmo sem uma oficialização deste núcleo, foi se trabalhando em cima dos temas transversais abordados multidisciplinarmente. Desta forma, o objetivo era que fosse instituído uma política que suporte e configure o NEPRE, formalmente na SED e nas escolas, como núcleo de estudos e trabalhos de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências sem deixar de atender a outras demandas, já escritas e publicadas como educação sexual e uso/abuso de substâncias psicoativas (SANTA CATARINA, 2011, p. 10). Sendo umas das principais atribuições do NEPRE:

Elaborar e divulgar a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Encaminhamentos. Articular com instituições governamentais e não governamentais para firmar parcerias por meio da assinatura de termo de compromisso com a política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola (SANTA CATARINA, 2011, p. 11).

A política do NEPRE engloba ações de educação, prevenção, atenção e atendimento. A educação representa a concepção de um indivíduo que cria sua relação com os sujeitos e com o meio, e a escola que é um espaço privilegiado desta construção, tem a responsabilidade social de qualificar esta interação. A prevenção já começa na educação, de acordo com Ferreira (1986) o conceito de prevenção é “vir antes, avisar; preparar; impedir que se realize; antecipar uma informação; alertar sobre algo; preparar alguém/algo para evitar alguma coisa”. Segundo o autor (1986), o termo prevenir tem o significado de “preparar: chegar antes de; dispor de maneira que evite (dano, mal); impedir que se realize” (*apud* CZRESMIA e FREITAS, 2003).

Deste modo, a escola tem um papel fundamental na prevenção, não somente por ser um local onde crianças, adolescentes e jovens passam grande parte, mas por ser um espaço educacional referência de desenvolvimento humano. A educação e a prevenção são primordiais para garantir a valorização da vida e o reconhecimento do direito à vida (SANTA CATARINA, 2011, p. 23). Segundo Benevides (2000), é com a vida assegurada que se poderá exercer a dignidade humana e, conseqüentemente, os direitos dela decorrentes, pois os princípios do direito à vida pautam-se no que promulga a Constituição Federal do Brasil de 1988, artigo 5º, *caput*, que “assegura a todos os brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

No que diz respeito a prevenção no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), todas as pessoas são responsáveis na prevenção de fatos que violem os direitos e a integridade das crianças e adolescentes (Art. 70). Sendo assim, a família é a primeira entidade de

educação e proteção da criança e adolescente, a sociedade civil e o estado também são responsáveis, mas a escola tem o papel importantíssimo de trabalhar os valores humanos e exercitar a cidadania. “A abordagem da prevenção na educação deve disponibilizar informação científica e possibilitar a construção de conhecimentos significativos com vistas a um processo contínuo de formação humana” (SANTA CATARINA, 2011, p. 25). A atenção na educação diz respeito as metodologias de olhar, escutar, acolher e dialogar na interação professor-aluno, desta maneira a criança, adolescente ou jovem numa relação de confiança e afetividade, expresse seus sentimentos, ideias e situações que vem passando tanto no âmbito escolar quanto na família e sociedade.

O atendimento (ANEXO B) já é quando a educação, prevenção e atenção não forem suficientes. Este atendimento pode ser feito tanto pela escola com o corpo diretivo no NEPRE, quanto por parceiros de outros setores da sociedade como é feito no PROERD por exemplo, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência elabora pela Polícia Militar junto com a SED.

Diante desses elementos queremos aqui ressaltar que compreendemos que o NEPRE tem um horizonte de trabalho focado em ações de prevenção particularmente voltadas às formas de violência configuradas nas Escolas. Tendo em vista que as formas de violências podem ser distintas com²:

Violência física - Ação ou omissão que coloque em risco ou cause dano à integridade física de uma pessoa;

Violência institucional - tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.) predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades.

Violência intrafamiliar - acontece dentro de casa ou unidade doméstica e geralmente é praticada por um membro da família que viva com a vítima. As agressões domésticas incluem: abuso físico, sexual e psicológico, a negligência e o abandono;

Violência moral - ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher;

² Fonte: <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/tipos-de-violencias>. Acesso em 01 de maio de 2018.

Violência patrimonial - ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores;

Violência psicológica - ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal; e,

Violência sexual - ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros.

Compreendemos que o tema “Prevenção em Afogamento” poderia ser tratado também por ações desenvolvidas pelo NEPRE, possivelmente compartilhadas pela colaboração de agentes do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. Entendemos mais profundamente que uma situação de afogamento com óbito ou sem óbito entra no contexto de uma violência psicológica, não pela descrição supracitada, mas pelos impactos emocionais que uma pessoa e familiares passam numa situação de subtração de um ente familiar e até mesmo amig@s.

Assim como “o Ministério da Saúde, por conta do surgimento da AIDS, implementou ações conjuntas com o Ministério da Educação buscando minimizar a vulnerabilidade de adolescentes e jovens à infecção ao HIV/DSTs e à gravidez na adolescência” (Proposta Curricular de Santa Catarina, 2014, p. 62), o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) junto com a Secretaria de Estado da Educação poderia introduzir ao projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas” do Núcleo de Prevenção e Educação na Escola (NEPRE), ações de prevenção ao afogamento nas escolas. Por isso deixamos aqui a sugestão de que este tema possa ser incorporado nos planejamentos e ações dos NEPRE’s nas unidades educativas de Santa Catarina. Ainda somamos aqui o fato que para começar a introduzir a prevenção em afogamento nas escolas, os professores e membros do grupo gestor devem ter acesso a este conhecimento, e ele está disponível gratuitamente no site da SOBRASA³, no curso totalmente online SEMEADORES DA PREVENÇÃO. Todos os

³ Para acessar o curso SEMEADORES DA PREVENÇÃO, basta entrar no site www.sobrasa.org, se cadastrar, clicar nos ícones “Prevenção >> Cursos Gratuitos >> SEMEADORES DA PREVENÇÃO”.

professores e grupo gestor da escola podem se tornar semeadores da prevenção, ou pelo menos ter um maior contato com esse tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado ao longo deste trabalho, o afogamento no Brasil é uma problemática social com alto índice de mortalidade, e afeta tanto jovens quanto adultos, homens e mulheres, necessitando de uma política de prevenção urgente. Existem dois órgãos que já trabalham com a prevenção em afogamento, um é o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) que realiza de projetos de prevenção para crianças durante a operação veraneio, mas ao longo do ano não tem um projeto que continue o trabalho em cima desta temática.

O outro órgão é a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, que trabalha diversos projetos ao longo do ano, com todas as idades e com o foco na prevenção em afogamento, porém, é um trabalho voluntário com poucos membros associados, e demora até atingir a grande população, é o chamado verdadeiro “trabalho de formiguinha”.

Por isso, é necessário que este trabalho de prevenção em afogamento seja pulverizado em todo Brasil de forma mais eficaz e recorrente, socializando de tal forma o acesso à informação, que todas as crianças e adolescentes tenham clareza da problemática e sua importância. Acreditamos que a democratização dessas informações farão com que aprendam como não se colocarem em situações de risco, ou que possam alertar outras crianças ou até mesmo adultos, e que esses adultos possam cuidar de suas crianças e saber como prevenir um afogamento, mantendo seu filho ou filha seguro(a). Isso justifica a necessidade de tratamento desta temática nas escolas, pois os estudantes servirão potencialmente como replicadores desse aprendizado.

Vimos que os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam os Temas Transversais como área para trabalhar as questões de urgências sociais, que é o caso do afogamento, pois 16 pessoas morrem por esta causa diariamente no Brasil, é de abrangência nacional, é possível o ensino e aprendizagem no ensino fundamental e favorece a compreensão da realidade e a participação social, atendendo aos critérios para poder se tornar um tema transversal. E, em Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Educação, o NEPRE já vem elaborando e divulgando a política de educação e prevenção nas escolas.

Concomitante há parcerias com instituições governamentais, para trabalhar a Prevenção em afogamento nas escolas através das Campanhas do Projeto “*KIM na Escola*”, diante disso destacamos como sugestão, a Secretaria de Estado da Educação firmar uma parceria junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) para integrar seja

através do NEPRE ou não, seja através do tema Prevenção em afogamento como possibilidade de inclusão no contexto escolar como programa educacional complementar ao currículo da educação básica via projetos de Aprendizagem integrados ou via conteúdos de Ensino tratados nas diversas disciplinas da matriz curricular. Ou ainda, com mais ações do “*KIM na Escola*” ou até mesmo por iniciativas de integração de trabalhos pedagógicos de professores em Disciplinas como conteúdo escolar. O que queremos deixar registrado é que independente da forma pedagógica que a mensagem será constituída e configurada na escola, ela não deve mais ficar e fora do contexto escolar. Se faz urgente como temática, pois, a Proposta Curricular de Santa Catarina já reconhece a escola como ambiente privilegiado para implementação da Educação e Prevenção.

Isto tem relação direta com a questão suscitada na Proposta Curricular de Santa Catarina que prima pela formação integral do sujeito. Outro aspecto importante de se destacar aqui, é que abre caminho para formar um cidadão capaz de interagir com a natureza que lhe cerca, no caso da Ilha de Santa Catarina, o meio líquido está bastante presente, em praias, lagoas, rios e piscinas. Por sua vez, refletimos: não ensinar como usufruir com segurança desses ambientes de lazer públicos que a ilha proporciona e como condenar a criança a viver sobre sua sorte.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. **O espaço escolar e suas marcas: o espaço como dimensão material do currículo.** Rio de Janeiro DP&A 1998.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BENEVIDES, Maria Victória. **Educação em direitos humanos: de que se trata?** Texto apresentado na Palestra de Abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos. São Paulo: 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.

BRASIL. Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **Decreto Lei Nº 19.237/83** (art. 64).

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos/SDH. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF: 2010.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA - CBMSC. **Doutrina de salvamento aquático do CBMSC.** 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

FLORIANÓPOLIS, PMF. SME. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC,** 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** 10. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E. P. U., c1986.

SANTA CATARINA. **Constituição Estadual,** art. 108, IV. 1989.

SANTA CATARINA. Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências. **Lei Estadual Nº 6.217/83** (art. 2º, V e VI, c/c art. 29).

SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica** - Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação – [S.I.]: [S.n.], 2014.

SANTA CATARINA. **Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola**. Florianópolis: DIOESC, 2011.

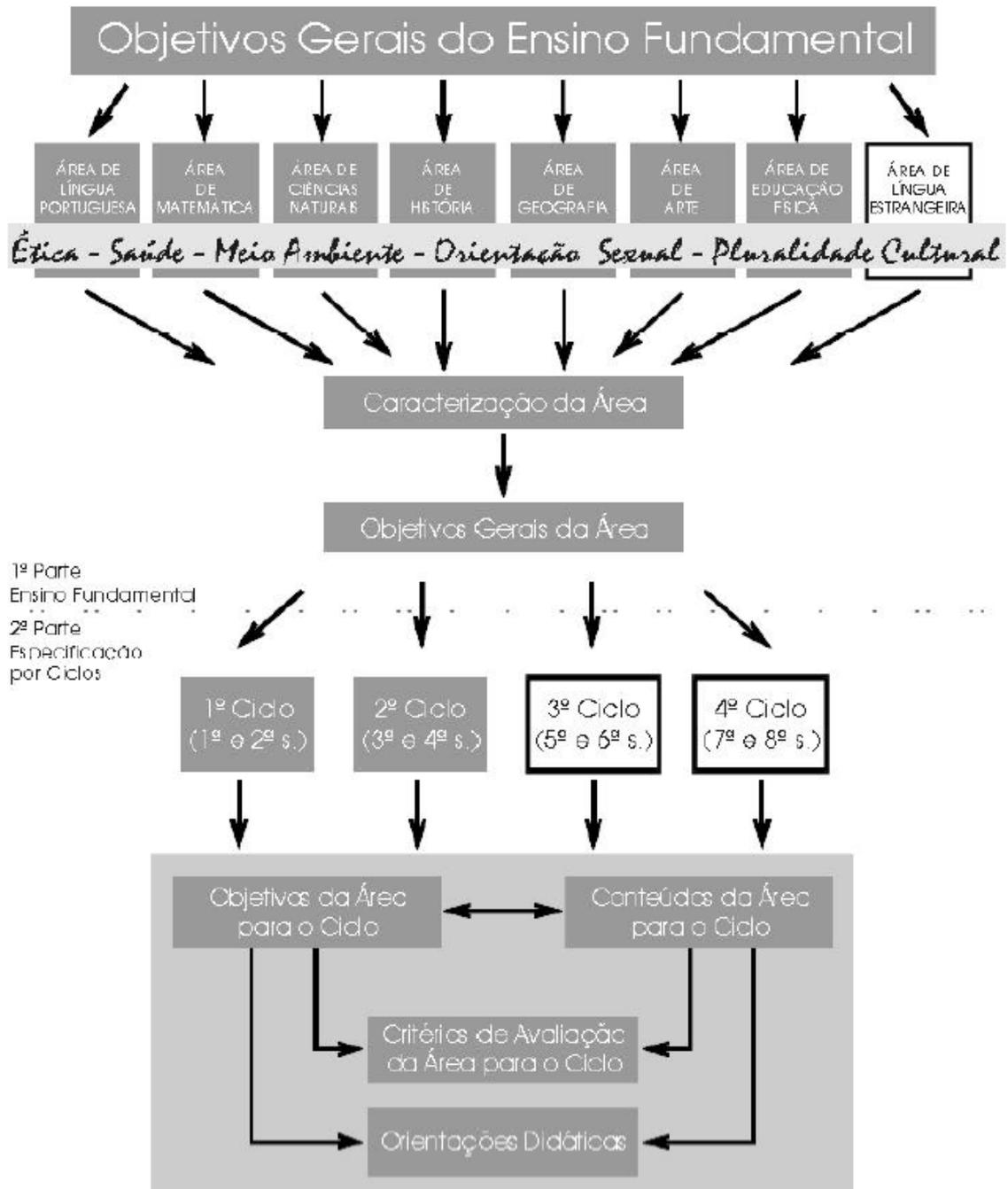
SOBRASA. **Fundação**. Disponível em: < <http://www.sobrasa.org/fundacao-2/> >. Acesso em: 03 de junho de 2018, 18:39:40.

SZPILMAN, David. **Afogamento – Boletim epidemiológico no Brasil**. Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático SOBRASA – Ano 2017 (ano base de dados 2015 e outros) publicado on-line em <http://www.sobrasa.org/?p=23335>, Junho de 2017. Trabalho elaborado com base nos dados do Sistema de Informação em Mortalidade (SIM) tabulados no Tabwin – Ministério da Saúde – DATASUS – 2017. Acesso on-line <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>.

SZPILMAN, David. **Afogamento na infância: epidemiologia, tratamento e prevenção**. Revista Paulista de Pediatria, v. 23, n. 3, p. 142-153, 2005.

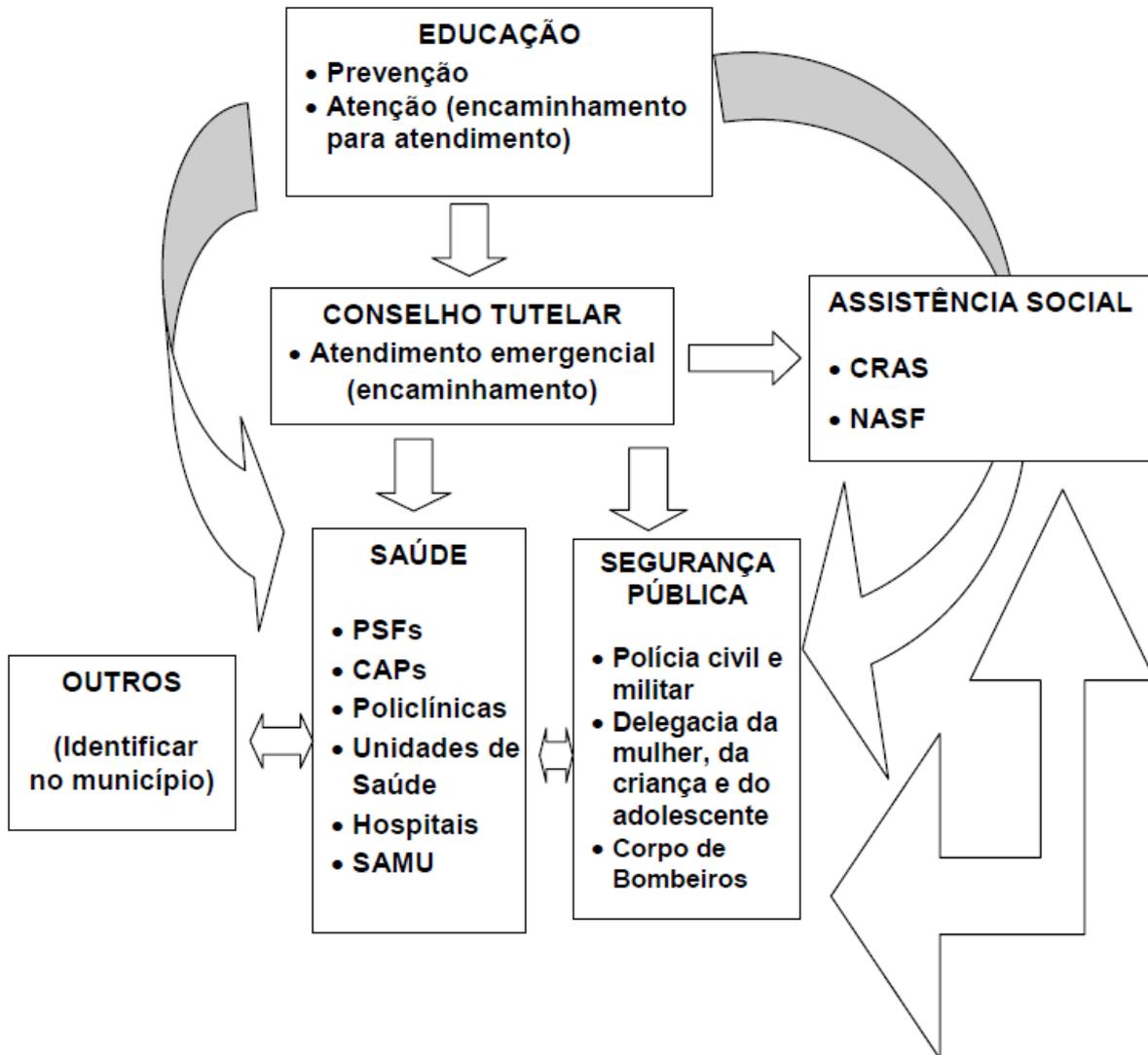
SZPILMAN, David. **Afogamento**. Revista brasileira de medicina do esporte, v. 6, n. 4, p. 131-144, 2000.

ANEXO A – Objetivos Gerais do Ensino Fundamental



(PCN 01, 1997, p. 71).

ANEXO B – Fluxograma Para Atendimento



(SANTA CATARINA, 2011, p. 71).